

Ocupadas por cerca de 50 mil moradores, 20 das 32 regiões destinadas à produção agrícola no Distrito Federal perderam as características e podem ser transformadas em setores de expansão urbana

Menos áreas rurais

LUIZA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Ovigilante Edmilson Souza de Santos, 38 anos, foi criado dentro de um paraíso ecológico encravado nas encostas do Lago Norte. Na chácara repleta de árvores frutíferas e reluzentes margaridões, ele e os 10 irmãos aprenderam a conviver com a bela paisagem. A água que brota da terra é usada para beber, fazer a comida e lavar a roupa. É uma das nascentes do Núcleo Rural do Córrego do Jerivá. A área ganhou esse nome em 1997, quando o governo determinou que essa e outras 32 regiões do Distrito Federal deveriam proteger a natureza dos riscos da urbanização, com atividades agrícolas de menor impacto ambiental e baixa densidade populacional. Nem tudo saiu como o planejado. Mais da metade dessas terras

pode, ainda este ano, perder o título de rurais.

Um raios X feito pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), ao qual o *Correio* teve acesso, comprova que a intenção de manter cursos d'água e áreas verdes fracassou. Na avaliação dos técnicos, das 32 áreas rurais, 20 adquiriram características urbanas ao longo dos anos. Dos 12 mil hectares de áreas rurais remanescentes, 40% (5 mil hectares) devem virar expansão urbana, segundo a secretaria. "É um fato consolidado. Não estamos urbanizando tudo, a quantidade de área com características rurais é maior do que a urbana", explica o arquiteto da Gerência de Monitoramento do Território, Ricardo Baseggio.

O núcleo do Jerivá e as colônias agrícola Águas Claras e Vicente Pires são exemplos de áreas onde o lote rural mínimo de dois hectares não foi respeitado e moram mais pessoas do

Breno Fortes/CB/18.5.06



EDMILSON SANTOS (C) E OS IRMÃOS MORAM NO JERIVÁ: LOCAL PRIVILEGIADO

que o previsto. Próximas dos eixos principais de transporte, pouco se assemelham às áreas rurais planejadas. Em muitos casos, piscinas, pomares, canis ocupam o espaço.

Imposto

O governo pretende negociar com os moradores, nos próximos dias, a alteração do uso dessas áreas. É a chance de dar fim à polêmica que paira sobre a revisão do Plano

Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). Na audiência pública de 30 de abril, o assunto tomou conta do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Para evitar que na próxima audiência, marcada para 25 de junho, a discussão se repita, a Seduh e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) querem entrar em consenso com os líderes comunitários. "Vamos buscar uma saída conciliatória", afirma Diana Motta, secretária da Seduh.

Entre as consequências da transformação dessas áreas em urbanas estão a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e a venda dos terrenos, provavelmente por licitação, no modelo adotado em Taquari. A

possibilidade de receber a cobrança do imposto assusta a família de Edmilson. Ele se preocupa com a possibilidade de perder a chance de morar num lugar privilegiado. "Moramos aqui há mais de 40 anos. Não vamos aceitar", adianta.

A Seduh informou que a alteração do uso das áreas não significa que os terrenos serão fracionados. Não são permitidas construções a 50m de córregos e nascentes.

As reuniões com os representantes das cerca de 50 mil pessoas

que vivem nessas áreas ocorrem a partir de terça-feira, segundo o titular da Seapa, Wilmar Luís da Silva. Ele ressaltou que regiões onde as características rurais foram preservadas não serão transformadas em urbanas.

CIDADE CRESCE

Do total de

12 MIL

hectares de áreas rurais remanescentes, 40% devem virar ocupação urbana, segundo o governo